



EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO N.º 2550/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2024

(LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP - LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 147/2014)

Torna-se público que o Município de Salto de Pirapora, realizará licitação visando o REGISTRO DE PREÇOS, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 7124/2023, aplicando, no que couber subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	De 12/12/2024 às 17:00h (horário de Brasília) Até 08/01/2025 às 08:59h (horário de Brasília)
Abertura da licitação	08/01/2025 às 09:00h (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	Menor Preço por Item
Modo de Disputa	Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 00,0001
Benefícios ME/EPP	Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 12.096.909,93 (doze milhões, noventa e seis mil, novecentos e nove reais e noventa e três centavos)
Sistema Eletrônico	Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Portal BNC: https://bnc.org.br/ ; Site da Prefeitura: www.saltodepirapora.sp.gov.br , aba Licitações e Compras ou https://www.saltodepirapora.sp.gov.br/portal/servicos/1025/licitacao-e-compras/ PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Portal BNC: https://bnc.org.br/
Decreto Municipal nº 7124/2023	https://www.saltodepirapora.sp.gov.br/portal/leis_decretos/1/0/0/0/3/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/0/A/data-decrescente/simples

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a : “**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA**”. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital.



1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em partes, o licitante poderá participar em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme Anexo II deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da www.bnc.org.br.

3.1.2. **Para os ITENS DO GRUPO I – COTA PRINCIPAL** – os interessados que atendam aos requisitos do Edital e seus Anexos;

3.1.3. **Para os ITENS DO GRUPO II – COTA RESERVADA OU EXCLUSIVA** – destinada à participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014, sem prejuízo da sua participação na cota principal;

3.1.3.1. **Não havendo vencedor para a cota reservada**, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes;

3.1.3.2. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras (BNC), através de manifestação de operador formalmente designado.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras (BNC) ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

3.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “BNC”, utilizar o suporte técnico através do telefone (42) 3026-4550 ou através do e-mail: contato@bnc.org.br



3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

3.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

3.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao



tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Obs.: As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta juntamente com seus documentos de habilitação.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1. valor unitário e total do lote;

5.1.2. quantidade;

5.1.3. marca a modelo. **Se for marca própria, no campo marca deverá a licitante se utilizar da palavra próprio ou do símbolo “.” para evitar identificação prévia.**

5.1.4. Poderá ser juntado ainda pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a **Súmula 10¹ do TCE/SP**, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

¹ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante



6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

6.10. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



6.16.5. Os procedimentos indicados nos itens 6.16 a 6.16.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.17.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote, serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

6.18.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 8.5.

6.19.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.19.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.



7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e anexos do processo.

7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-



se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021 serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.

8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 6.19.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.

8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar



da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

8.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.9.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

8.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - **ICP-Brasil** possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

8.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os Termos de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021.

9.1.2. Para a assinatura da ata deverá apresentar previamente o comprovante de cadastro no **CadTCESP** nos termos da **Resolução 21/2022 do TCE-SP**.

9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - **ICP-Brasil** ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

11. DOS RECURSOS

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

11.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. fraudar a licitação;
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 12.3.1. para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.
- 12.3.2. para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30%.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

12.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado **ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial www.saltodepirapora.sp.gov.br e na plataforma da BNC: www.bnc.org.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentos de Habilitação

ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III - Termo de Referência

Salto de Pirapora, 10 de dezembro de 2024.

Matheus Marum de Campos
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º 2550/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2024
ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI

1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

- a) **Licença de Funcionamento** expedida pela Vigilância Sanitária em nome da licitante com atividade relacionada ao objeto da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal e/ou Estadual.
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), em nome da licitante com atividade relacionada ao objeto da licitação, emitida pela ANVISA.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo I – A**, elaborada em papel timbrado, atestando que:



- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.saltodepirapora.sp.gov.br
- g) **no caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) **no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

- Preenchimento do FORMULÁRIO COM DADOS DA EMPRESA, exigidos pelo Tribunal de Contas (poderá ser incluído na proposta final reajustada desde que conste todos os dados solicitados).



ANEXO I – A
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: **PROCESSO N.º 2550/2024**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.saltodepirapora.sp.gov.br
- g) **no caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) **no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

_____, _____ de _____ de 2024.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



**FORMULÁRIO COM DADOS DA EMPRESA, EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS
PARA PREENCHIMENTO DO FORNECEDOR**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ENDEREÇO COMPLETO: (Rua, Nº, complemento, Bairro, Cidade, CEP, Estado)

TELEFONE:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PARA PEDIDOS:

REPRESENTANTE (que assina o CONTRATO/ATA. Caso o representante não conste no contrato social ou não tenha sido o representante na sessão, é obrigatório enviar juntamente com este formulário a **procuração**):

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: (Rua, Nº, complemento, Bairro, Cidade, CEP, Estado)

CARGO:

RG: CPF:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PESSOAL PARTICULAR:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

TITULAR:



ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º 2550/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2024
VALIDADE: xx/xx/2025

O MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA, com sede na Avenida Lydia David Haddad, n.º 150, Campo Largo, Salto de Pirapora, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.093/0001-07, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade, RG n.º 48.679.012-5 SSP/SP e do CPF n.º 404.351.228-78, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 2550/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 7.124/2023, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual : “**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA**”, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, GESTÃO E FICALIZAÇÃO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

X	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor total

2.2. A entrega e pagamento dos produtos deverá obedecer ao edital e o termo de referência, sendo obrigatório total cumprimento no que tange abaixo:

2.2.1. Execução do objeto:

2.2.1.1 O envio da autorização do fornecimento se dará por e-mail, a quantidade entregue deve obrigatoriamente ser igual à informada na autorização.

2.2.1.2 Caso não corresponda a qualidade ou as especificações exigidas no edital, os produtos deverão ser substituídos no prazo máximo de 07 (sete) dias. Em caso de não substituição ou correção, estará caracterizado o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se a licitante vencedora às penalidades previstas do Edital.



2.2.1.3 O material deverá ser entregue nos seguintes endereços e horário, conforme definido na autorização de fornecimento (AF):

No Almoxarifado Medicamentos/Insumos de Salto de Pirapora, localizado na Rua Moreira Bastos, nº 10 - fundos/ Centro/ CEP 18.160-000 Salto de Pirapora-SP, conforme pedido constante na A.F. (autorização de Fornecimento), no horário das 07:30h às 16:30h, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da A.F.

2.2.1.4 As entregas acontecerão de forma parcelada, em quantidades que atendam às necessidades da Secretaria de Saúde.

2.2.1.5 O transporte deve seguir a mesma linha, das Boas Práticas de Transporte com finalidade de proteger a qualidade do medicamento/insumos no meio transporte e armazenagem em trânsito, e ainda dispor de instrumentos para resguardar o sistema de transporte contra roubo, avaria e/ou adulteração; Registro da ANVISA; Prazo mínimo de validade 12 meses;

2.2.2. Gestão e Fiscalização

2.2.2.1. A gestão da ata de registro de preços será efetuada pela Sra. **Rita de Cássia Queiroz Carvalho, Cargo: Secretária da Saúde, CPF: 369.255.768.03**

2.2.2.2. A fiscalização do termo de ajuste será feita pelos Sra. **Aurélio Nardes dos Santos, Cargo: Farmacêutico, CPF: 171.171.748-70**

2.2.3. Medição e Pagamento

Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** contados da data do Atestado de Fornecimento e liberação da Nota Fiscal pela Secretaria solicitante. A Nota Fiscal/Fatura somente será liberada quando o cumprimento do Pedido de Compras estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Salto de Pirapora.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes à esfera de governo do município de Salto de Pirapora que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.

4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

9.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

9.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

9.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

9.5. Multa:

9.5.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.5.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.

9.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

9.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

9.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



9.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas) vias de igual teor**, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Salto de Pirapora, XX de XXXXXXXXXXXX de 2024.

COMPROMITENTE COMPRADOR
MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
Matheus Marum de Campos - Prefeito Municipal

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR
EMPRESA- RESPONSÁVEL EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: _____

RG. _____

Assinatura: _____

Nome: _____

RG. _____



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2550/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA/SP

CONTRATADO: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): XXX/2024

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA”

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto de Pirapora, **de XXXXXXXXXXXX de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: MATHEUS MARUM DE CAMPOS

Cargo: PREFEITO

CPF: 404.351.228-78

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: MATHEUS MARUM DE CAMPOS

Cargo: PREFEITO

CPF: 404.351.228-78

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

MATHEUS MARUM DE CAMPOS

Cargo: **PREFEITO**

CPF: **404.351.228-78**

Assinatura: _____

Pela detentora da ata:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: **MATHEUS MARUM DE CAMPOS**

Cargo: **PREFEITO**

CPF: **404.351.228-78**

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: **Rita de Cássia Queiroz Carvalho**

Cargo: **Secretária da Saúde**

CPF: **369.255.768.03**

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Fiscalização**

Nome: **Aurélio Nardes dos Santos**

Cargo: **Farmacêutico**

CPF: **171.171.748-70**

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



PROCESSO N.º 2550/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2024
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de medicamentos para saúde pública para 12 meses.

1.1. Classificação do bem ou serviço

Considerando as definições constantes nos incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII e XXI do art. 6º da Lei 14.133/2021, o objeto/item pretendido enquadra-se como bem comum e fornecimento contínuo através das necessidades dos pacientes e unidades de saúde do município.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Solicito a abertura licitatória, para aquisição de medicamento para a saúde pública do município. (Estimativa de Consumo de 12 meses), com finalidade de agilizar o processo de compras e aos tratamentos que não podem ser interrompidos;

Cabe ressaltar que a aquisição dos mesmos é indispensável para garantir a continuidade dos serviços prestados aos pacientes que necessitam atendimento nas unidades de saúde.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

item	Descrição	Apresentação	Unidade	Quantidade
1.	Acetilcisteína 20mg/ml – xarope pediátrico. Medicamento expectorante utilizado para ajudar a eliminar as secreções produzidas nos pulmões, facilitando a respiração e com registro na ANVISA.	Frasco c/120 ml	Frasco	1.200
2.	Acetilcisteína 40mg/ml – xarope adulto. Medicamento expectorante utilizado para ajudar a eliminar as secreções produzidas nos pulmões, facilitando a respiração e com registro na ANVISA.	Frasco c/120 ml	Frasco	1.500
3.	Aciclovir 50mg/g (5%) creme/tubo 10g. Medicamento, com registro na ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/10g	Tubo	2.000
4.	Aciclovir 200mg comprimidos. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	18.000
5.	Ácido acetilsalicílico 100mg comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	600.000
6.	Ácidos graxos essenciais / Vit. A + E / Lecitina de soja – frasco c/ 200 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/200 ml	Frasco	1.500
7.	Ácido fólico 5mg – comprimidos – medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
8.	Ácido tranexâmico 250mg/5 ml – ampola c/ 5 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/5 ml	Ampola	200
9.	Ácido Tranexâmico 250mg comprimidos medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	12.000
10.	Ácido Valpróico 250mg comprimidos medicamento, com	Cprs	Cprs	50.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro na ANVISA.			
11.	Ácido Valpróico 250mg comprimidos medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	150.000
12.	Água para injeção ampola c/10 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 10 ml	Ampola	8.000
13.	Água para injeção c/100 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola c/100 ml.	Frasco/ampola	1.000
14.	Albendazol 400mg comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	5.000
15.	Albendazol 40mg/ml – suspensão. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/10 ml	Frasco	4.000
16.	Alendronato de sódio 70mg – Blister c/4cprs. Medicamento, com registro na ANVISA.	Blister /4cprs	Blister	3.500 blister
17.	Alopurinol 100mg comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs.	70.000
18.	Ambroxol 15mg/ml – xarope pediátrico. Medicamento, com liberação e registro ANVISA.	Frasco c/ 120 ml.	Frasco	1.300
19.	Ambroxol 30mg/ml – xarope adulto. Medicamento, com liberação e registro ANVISA.	Frasco c/ 120 ml.	Frasco	1.500
20.	Aminofilina 24mg/ml – ampola c/ 10 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 10 ml.	Ampola	400
21.	Aminofilina 100mg comprimidos. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	8.500
22.	Amiodarona 200mg comprimidos. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
23.	Amitriptilina/cloridrato 25mg comprimidos. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
24.	Amitriptilina/cloridrato 25mg comprimidos. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	300.000
25.	Amoxicilina 250mg/5 ml – suspensão oral.	Frasco c/ 150 ml.	Frasco	1.500
26.	Amoxicilina 250mg/5 ml – suspensão oral.	Frasco c/ 150 ml.	Frasco	4.500
27.	Amoxicilina 500mg capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	42.500
28.	Amoxicilina 500mg capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	127.500
29.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 250mg+62,5MG/ml – suspensão oral. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 75 ml.	Frasco	1.000
30.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 400mg+57mg/ml – suspensão oral. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 70 ml.	Frasco	1.200
31.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 500mg+125mg/ml – capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	7.500
32.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 500mg+125mg/ml – capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	22.500
33.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 875mg+125mg/ml – capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	6.250
34.	Amoxicilina+clavulonato de potássio 875mg+125mg/ml – capsulas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	18.750
35.	Anlodipino/Besilato 5mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	200.000
36.	Anlodipino/Besilato 10mg comprimido medicamento, com	Cprs	Cprs	100.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro na ANVISA.			
37.	Atenolol 25mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	75.000
38.	Azitromicina 500mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/3	Blister	25.000 blister
39.	Azitromicina Di-hidratada 200mg/5ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 15 ml	Frasco	3.000
40.	Baclofeno 10mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
41.	Beclometasona/Dipropionato 50mcg – Suspensão aquosa nasal 200 doses. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	125
42.	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 – (Diluído ou com diluente). Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/Ampola	Frasco/Am pola	900
43.	Benzoato de benzila loção com 100 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	400
44.	Biperideno 2mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	65.000
45.	Bisacodil 5mg comprimido – blister com 6 cprs medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/6cprs	Blister c/6cprs	300 blister
46.	Brometo de ipatrópio 0,25MG – frasco c/ 20 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	400
47.	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml – frasco c/ 20 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	400
48.	Bromoprida 10mg comprimido Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	32.000
49.	Bromoprida 4mg/ml – Solução oral – frasco c/20 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	500
50.	Budesonida 32mcg/dose, suspensão nasal, spray, estéril. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 doses	Frasco	2.000
51.	Budesonida 50mcg/dose, suspensão nasal, spray, estéril. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 doses	Frasco	1.500
52.	Budesonida 50mcg/dose, suspensão nasal, spray, estéril. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 doses	Frasco	4.500
53.	Budesonida 64mcg/dose, suspensão nasal, spray, estéril. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 doses	Frasco	1.500
54.	Butilbrometo de escopolamina +Dipirona 6,67MG/ml+333,4MG/ml – frasco c/ 20 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	600
55.	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml – solução oral gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	600
56.	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml – ampola c/ 1 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 1 ml	Ampola	2500
57.	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml + dipirona 500mg/ml – ampola c/5 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 5 ml.	Ampola	1.500
58.	Captopril 25mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	120.000
59.	Carbamazepina 20mg/ml (2%), suspensão oral – uso adulto e pediátrico, frasco c/ 100 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml.	Frasco	600
60.	Carbamazepina 200mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
61.	Carbamazepina 200mg comprimido medicamento, com	Cprs	Cprs	150.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro na ANVISA.			
62.	Carbonato de cálcio 500mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	65000
63.	Carbonato de cálcio 500mg+Vitamina D 400mg comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
64.	Carbonato de lítio 300mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000
65.	Carmelose sódica 5mg/ml – frasco c/ 10 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml.	Frasco	3.000
66.	Carvedilol 3,125MG comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	70.000
67.	Carvedilol 6,25MG comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
68.	Carvedilol 12,5MG comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	220.000
69.	Carvedilol 25MG comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
70.	Cefalexina 250mg/5 ml – suspensão oral – frasco c/ 60 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 60 ml	Frasco	2.200
71.	Cefalexina 500mg capsulas medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	30.000
72.	Cefalexina 500mg capsulas medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	90.000
73.	Ceftriaxona 1g IM – Frasco/ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola	Frasco /ampola	700
74.	Ceftriaxona 1g IV – Frasco/ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola	Frasco /ampola	500
75.	Cetoconazol 20mg/g (2%) – Shampoo – Frasco c/100 ml.	Frasco c/100 ml	Frasco	1.000
76.	Cetoconazol 20mg/g – creme – tubo 30g medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo 30g.	Tubo	3.000
77.	Cetoprofeno 150mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	25.000
78.	Cetoprofeno 20mg/ml – solução oral gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco 20 ml.	Frasco	300
79.	Cetoprofeno 100mg E.V – Frasco/ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola	Frasco/am pola	700
80.	Cetoprofeno 100mg I.M – ampola c/ 2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola c/2 ml	1.500
81.	Ciclobenzaprina/Cloridrato 5mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA. ’	Cprs	Cprs	15.000
82.	Ciclobenzaprina/Cloridrato 10mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
83.	Cilostazol 50mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	115.000
84.	Cilostazol 100mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	45.000
85.	Cinarizina 75mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	70.000
86.	Ciprofloxacino 500mg comprimido – Blister c/7 cprs medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/ 7 cprs	Blister	8.000 (Blister)



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

87.	Ciprofloxacino /cloridrato (equivalente a 3.0 MG de base) 3,5mg – solução oftálmica estéril c/ 5ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 5 ml	Frasco	1000
88.	Claritromicina 250mg/5 ml – suspensão oral – frasco c/ 60 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 60 ml.	Frasco	1.250
89.	Claritromicina 500mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	5.000
90.	Claritromicina 500mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	15.000
91.	Clindamicina 300mg capsulas medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	30.000
92.	Clobetasol 0,5MG creme medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/30g	Tubo	2.000
93.	Clomipramina 25mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
94.	Clonazepam 0,25MG Sublingual medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs - Sublingual	Cprs	100.000
95.	Clonazepam 0,5MG comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
96.	Clonazepam 2mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	420.000
97.	Clonazepam 2,5MG/ml gotas medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	2.000
98.	Clopidrogel 75mg comprimido	Cprs	Cprs	30.000
99.	Clopidrogel 75mg comprimido	Cprs	Cprs	90.000
100.	Cloreto de potássio 19,1% - ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/10 ml	Ampola	650
101.	Cloreto de sódio 0,9% - solução nasal medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/30 ml	Frasco	5.000
102.	Cloreto de sódio 0,9% - ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 10 ml	Ampola	6.000
103.	Cloreto de sódio 20% - ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 10 ml	Ampola	500
104.	Cloridrato de Amiodarona 50mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 3 ml	Ampola	100
105.	Cloridrato de clorpromazina 5mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 5 ml	Ampola	400
106.	Cloridrato de lidocaína 2% - geleia – estéril medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/30g	Tubo	1.000
107.	Cloridrato de lidocaína 2% - sem vasoconstritor medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	500
108.	Cloridrato de metoclopramida 5mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 2 ml	Ampola	1.500
109.	Cloridrato de Ondansetrona 8mg – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/4 ml	Ampola	500
110.	Cloridrato de prometazina 25mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola	400
111.	Cloridrato de tiamina 100mg+cloridrato de piroxidina	Ampolas I +	Ampola	1.500



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	100mg + cianocobalamina 1000mcg – ampola intramuscular medicamento, com registro na ANVISA.	Ampolas II/ dose		
112.	Cloridrato de tiamina 100mg+cloridrato de piroxidina 100mg + cianocobalamina 5000mcg – ampola intramuscular medicamento, com registro na ANVISA.	Ampolas I + Ampolas II/ dose	Ampola	1.500
113.	Cloridrato de tramadol 50mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola	100
114.	Clorpromazina 25mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000
115.	Clorpromazina 100mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000
116.	Clotrimazol 10mg/g – creme dermatológico uso tópico medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/ 20g	Tubo	2.500
117.	Cobalamina cronoativa 5000mcg – Solução injetável c/02 ampolas medicamento, com registro na ANVISA.	Solução injetável c/02 ampolas	Solução injetável	1.000
118.	Colagenase + Cloranfenicol 0,6U/g + 0,01g/g – pomada uso dermatológico medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/ 30g	Tubo	1.500
119.	Complexo B – ampola c/2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 2 ml	Ampola	4.500
120.	Complexo coloidal de sacarato de hidróxido de ferro III 2.500MG/5 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 5 ml	Ampola	1.250
121.	Decanoato de Zuclopentoxicol 200mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/1 ml	Ampola	250
122.	Decanoato de Zuclopentoxicol 200mg/ml – ampola medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/1 ml	Ampola	750
123.	Desogestrel 0,75mcg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/ 28 cprs	Blister	3.000
124.	Dexametasona 1mg/g creme medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/10g	Tubo	12.000
125.	Dexametasona 4mg/ml – ampola c/2,5ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2,5ml	Ampola	3.750
126.	Dexametasona 4mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
127.	Dexametasona 0,1MG/ml - elixir medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/100 ml	Frasco	5.000
128.	Dexametasona 1mg/ml – solução oftalmológica estéril medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 5 ml	Frasco	500
129.	Dexclorfeniramina 2mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
130.	Dexclorfeniramina 2mg/5 ml – solução oral medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 ml	Frasco	5.000
131.	Diazepam 10mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	180.000
132.	Diazepam 10mg – ampola c/ 2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola	50
133.	Diclofenaco sódico 50mg - comprimido medicamento, com	Cprs	Cprs	45.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro na ANVISA.			
134.	Diclofenaco sódico 75mg – ampola c/3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/3 ml	Ampola	4.500
135.	Diclofenaco dietilamonio – gel medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/60g	Tubo	2.000
136.	Digoxina 0,25MG - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
137.	Dimenidrinato 50mg +piridoxina 10mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	25.000
138.	Dimenidrinato 50mg/ml + Cloridrato de piridoxina 50mg/ml – ampola c/1 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/1 ml	Ampola	1.500
139.	Dimenidrinato 30mg + cloridrato de piridoxina 50mg + glicose 1.000MG + frutose 1.000MG – ampola c/ 10 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/10 ml	Ampola	1.250
140.	Dinitrato de isossorbida 5mg – comprimido sublingual medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs sublingual	Cprs	1500
141.	Diosmina + Hesperidina 450/50mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	62.500
142.	Diosmina + Hesperidina 450/50mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	187.500
143.	Diosmina + Hesperidina 900/100mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	25.000
144.	Diosmina + Hesperidina 900/100mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	75.000
145.	Dipirona sódica 500mg/ml – ampola c/ 2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola	6.250
146.	Dipirona sódica 500mg/ml– solução oral gotas medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	25.000
147.	Dipirona sódica 500mg/ml– solução oral gotas medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	20.000
148.	Dipirona sódica 500mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	225.000
149.	Dipirona sódica 1000mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	45.000
150.	Dipirona sódica 1000mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	135.000
151.	Dipropionato de betametasona 5mg/ml + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml – ampola c/1 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/1 ml	Ampola	1.500
152.	Divalproato de sódio 250mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	70.000
153.	Divalproato de sódio 500mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
154.	Domperidona 10mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	200.000
155.	Domperidona 1mg/ml – suspensão oral – adulto/pediátrico medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/100 ml	Frasco	500



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

156.	Doxazosina 2mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	130.000
157.	Doxazosina 4mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	70.000
158.	Enalapril, maleato 10mg - comprimido. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	250.000
159.	Enema de glicerina a 12% c/ sonda retal – 500 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 500 ml	Frasco	450
160.	Enoxaparina 20mg – seringa pré-carregada medicamento, com registro na ANVISA.	Seringa pré-carregada	Seringa	150
161.	Enoxaparina 40mg – seringa pré-carregada medicamento, com registro na ANVISA.	Seringa pré-carregada	Seringa	1.000
162.	Enoxaparina 60mg – seringa pré-carregada medicamento, com registro na ANVISA.	Seringa pré-carregada	Seringa	1.000
163.	Espironolactona 25mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
164.	Espironolactona 100mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000
165.	Estriol 1mg/g – creme vaginal 50g medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/ 50g	Tubo	1.000
166.	Etonogestrel 68mg – implante medicamento, com registro na ANVISA.	Caixa c/ 01 implante	Cx	125
167.	Etonogestrel 68mg – implante medicamento, com registro na ANVISA.	Caixa c/ 01 implante	Cx	375
168.	Fenitoína 100mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	140.000
169.	Fenobarbital 100mg - comprimido	Cprs	Cprs	120.000
170.	Fenobarbital 40mg/ml – solução oral gotas – adulto/pediátrico medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	250
171.	Fenobarbital sódico 200mg – ampola c/ 2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/2 ml	Ampola	200
172.	Finasterida 5mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000
173.	Fluconazol 150mg – capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Caps	Caps	7.500
174.	Flunarizina 10mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	12.000
175.	Fluoxetina 20mg – capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Caps	Caps	400.000
176.	Fosfato de sódio monobásico 160mg/ml + fosfato de sódio dibásico 60mg/ml – frasco c/ 130 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 130 ml	Frasco	200
177.	Furosemida 10mg/ml – ampola c/ 2 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 2 ml	Ampola	1.500
178.	Furosemida 40mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	300.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

179.	Glibenclamida 5mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	300.000
180.	Glicazida 30mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	81.250
181.	Glicazida 30mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	243.750
182.	Glicazida 60mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	65.000
183.	Glicazida 60mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	195.000
184.	Glicose 25% - ampola c/ 10 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/10 ml	Ampola	500
185.	Glicose 50% - ampola c/ 10 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/10 ml	Ampola	500
186.	Haloperidol decanoato 70,52MG – ampola c/ 1ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola	Ampola	3.500
187.	Haloperidol 1mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
188.	Haloperidol 2mg/ml – solução oral gotas medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	200
189.	Haloperidol 5mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000
190.	Hemifumarato, Bisoprolol 2,5MG. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
191.	Hemifumarato, Bisoprolol 5mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
192.	Hemifumarato, Bisoprolol 10mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
193.	Hidralazina 25mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
194.	Hidralazina 50mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
195.	Hidroclorotiazida 25mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	380.000
196.	Hidrocortisona, Succinato sódico 100mg – frasco/ampola. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola	Frasco/am pola	650
197.	Hidrocortisona, Succinato sódico 500mg – frasco/ampola. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola	Frasco/am pola	950
198.	Hidróxido de alumínio 60mg/ml – suspensão oral adulto. Medicamento, com liberação e registro ANVISA.	Frasco c/100 ml	Frasco	1.250
199.	Hipromelose 3mg/ml (0,3%) estéril – frasco c/ 15 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/15 ml	Frasco	875
200.	Hipromelose 3mg/ml (0,3%) estéril – frasco c/ 15 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/15 ml	Frasco	2.625
201.	Ibuprofeno 300mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000
202.	Ibuprofeno 600mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

203.	Ibuprofeno 50mg/ml – suspensão oral gotas medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 30 ml	Frasco	3.000
204.	Ibuprofeno 100mg/ml – suspensão oral gotas	Frasco c/30 ml	Frasco	3.000
205.	Imipramina 25mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	80.000
206.	Indapamida 1,5mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
207.	Insulina Asparte 100U/ml – caneta descartável preenchida com 3 ml (Novorapid®) medicamento, com registro na ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	1.500
208.	Insulina Asparte 100U/ml, contendo vitamina B3 e aminoácido natural l-arginina – caneta descartável preenchida c/ 3 ml (Referencia: FIASP® FLEXTOUCH).	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	1000
209.	Insulina degludeca 100U/ml – caneta descartável preenchida com 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	500
210.	Insulina detemir 100U/ml - caneta descartável preenchida com 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	300
211.	Insulina Glargina 100U/ml - caneta descartável preenchida com 3 ml (Referencia: Lantus Solostar). Medicamento, com registro na ANVISA. Tem que ser Lantus.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	1.250
212.	Insulina Glargina 100U/ml - caneta descartável preenchida com 3 ml (Referencia: Lantus Solostar). Medicamento, com registro na ANVISA. Tem que ser Lantus.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	3.750
213.	Insulina Glulisina 100 u/ml- uso subcutâneo - caneta descartável preenchida contendo c/ 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	400
214.	Insulina humana nph 100 u/ml - uso subcutâneo - caneta descartável preenchida contendo c/ 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	3.250
215.	Insulina humana nph 100 u/ml - uso subcutâneo - caneta descartável preenchida contendo c/ 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta preenchida C/ 3 ml	Unidade	9.750
216.	Insulina humana nph 100 ui/ml - uso subcutâneo - frasco-ampola com 10 ml de suspensão medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	1.000
217.	Insulina humana nph 100 ui/ml - uso subcutâneo - frasco-ampola com 10 ml de suspensão medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	3.000
218.	Insulina humana r (regular) 100 u/ml - uso subcutâneo - caneta descartável preenchida contendo c/ 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta descartável preenchida	Unidade	750
219.	Insulina humana r (regular) 100 u/ml - uso subcutâneo - caneta descartável preenchida contendo c/ 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta descartável preenchida	Unidade	2.250
220.	Insulina humana r (regular) 100 ui/ml - uso subcutâneo - frasco-ampola com 10 ml	Frasco c/ 10 ml	Frasco	1.500
221.	Insulina Lispro 100 u/ml- uso subcutâneo – caneta descartável preenchida contendo 3 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Caneta descartável preenchida	Unidade	800



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

222.	Itraconazol 100mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	15.000
223.	Ivermectina 6mg blister 04 cpr medicamento, com registro na ANVISA.	Blister 04 Cprs	Cprs	10.000
224.	Lactulose 667mg/ml - solução oral medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 120 ml	Frasco	3.500
225.	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	25.000
226.	Levodopa 100mg + benserazida 25mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	12.500
227.	Levodopa 100mg + benserazida 25mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	37.500
228.	Levodopa 200mg + benserazida 50mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	22.500
229.	Levodopa 200mg + benserazida 50mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	67.500
230.	Levodopa 100mg+benserazida 25mg (Prolopa Hbs) – é uma formulação especial para pacientes com disfagia (dificuldade de deglutição) ou que necessitam uma forma farmacêutica com início de ação mais rápida medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	10.000
231.	Levodopa 100mg+benserazida 25mg (Prolopa Hbs) – é uma formulação especial para pacientes com disfagia (dificuldade de deglutição) ou que necessitam uma forma farmacêutica com início de ação mais rápida medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
232.	Levofloxacino 500mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	13.000
233.	Levomepromazina 100mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
234.	Levomepromazina 25mg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000
235.	Levomepromazina, maleato, 4%, 40mg/ml, solução oral, uso em gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	600
236.	Levonorgestrel 0,75MG medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/ 2 cpr	Blister	500
237.	Levonorgestrel 0,15MG + etinilestradiol 0,03MG, medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/ 21 cpr	Blister	2.000
238.	Levotiroxina sódica 12,5mcg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
239.	Levotiroxina sódica 25mcg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	220.000
240.	Levotiroxina sódica 37,5mcg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
241.	Levotiroxina sódica 50mcg medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	300.000
242.	Levotiroxina sódica 62,5mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
243.	Levotiroxina sódica 75mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

244.	Levotiroxina sódica 88mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
245.	Levotiroxina sódica 100mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	200.000
246.	Levotiroxina sódica 112mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	30.000
247.	Levotiroxina sódica 125mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
248.	Levotiroxina sódica 150mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
249.	Levotiroxina sódica 175mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
250.	Levotiroxina sódica 200mcg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
251.	Loratadina 10mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
252.	Loratadina 1mg/ml xarope medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	4.000
253.	Losartana potássica 50mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
254.	Manitol 20% medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/500 ml	Frasco	200
255.	Metformina 850mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	400.000
256.	Metildopa 250mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	120.000
257.	Metoclopramida 10mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	15.000
258.	Metoclopramida solução oral, gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	500
259.	Metronidazol 100mg/g, gel vaginal. Medicamento, com registro na ANVISA.	Bisnaga c/ 50g	Bisnaga	2.500
260.	Metronidazol 250mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	45.000
261.	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	150
262.	Miconazol 20mg/g, creme dermatológico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Bisnaga c/ 28g	Bisnaga	1.000
263.	Miconazol 20mg/g, creme vaginal. Medicamento, com registro na ANVISA.	Bisnaga c/ 80g	Bisnaga	1.000
264.	Mikani glomerata s. - (guaco) 0,05ml/ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	800
265.	Mometasona, Furoato, 50mcg/atomização, spray nasal aquoso, 60 atomizações. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 9g	Frasco	1.750
266.	Mometasona, Furoato, 50mcg/atomização, spray nasal aquoso, 60 atomizações. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 9g	Frasco	5.250
267.	Mononitrato de isossorbida 20mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

268.	Montelucaste de sódio 10mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	40.000
269.	Montelucaste de sódio 4mg/ saches medicamento, com registro na ANVISA.	Sache	Sache	20.000
270.	Neomicina + bacitracina 5mg/g + 250ui/g, uso tópico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Bisnaga c/ 15g	Bisnaga	5.000
271.	Nifedipina 20mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	180.000
272.	Nimesulida 100mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
273.	Nimesulida 50mg/ml, suspensão oral gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 15 ml	Frasco	700
274.	Nistatina 100.000 ui suspensão oral medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 50 ml	Frasco	1.000
275.	Nistatina 25.000ui/g, creme vaginal. Medicamento, com registro na ANVISA.	Bisnaga c/ 60g	Bisnaga	4.000
276.	Nistatina + oxido de zinco pomada medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/60g	Tubo	3.000
277.	Nitrazepan 5mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	16.000
278.	Nitrofurantoina 100mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	37.500
279.	Noretisterona 0,35- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Blister c/ 35 cpr	Blister	800
280.	Norfloxacin 400mg – capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas	Capsulas	8.500
281.	Nortriptilina 25mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	45.000
282.	Óleo mineral puríssimo - Medicamento, com liberação e registro ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	300
283.	Omeprazol 20mg – capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Caps	Caps	350.000
284.	Ondansetrona 4mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	25.000
285.	Ondansetrona 8mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
286.	Oxcarbamazepina 300mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
287.	Oxcarbamazepina 600mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
288.	Oxcarbamazepina 60mg/ml solução oral uso adulto e pediátrico medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	500
289.	Oxibutinina 5mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
290.	Paracetamol 200mg/ml, solução oral gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 15 ml	Frasco	6.000
291.	Paracetamol 500mg- comprimido medicamento, com	Cprs	Cprs	62.500



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro na ANVISA.			
292.	Paracetamol 750mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
293.	Periciazinha 4 % 40mg/ml, solução oral gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	500
294.	Permanganato de potássio (uso tópico) medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	7.000
295.	Permetrina 1% loção medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 60 ml	Frasco	500
296.	Pilocarpina (2%) - solução oftálmica estéril medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	700
297.	Polivitaminico - Vit. B1 - 5mg/ml; Vit. B2 – 2mg/ml; Vit. B6 – 2mg/ml; Vit. PP – 20mg/ml, (vitaminas do complexo b) sol oral gotas. Medicamento e com liberação ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	5.000
298.	Polivitaminico do Complexo B (B1/B2/B3/B5/B6) – comprimido. Medicamento e com liberação ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
299.	Prednisolona, fosfato sódico; 3mg/ml, solução oral, uso adulto e pediátrico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 60 ml	Frasco	8.000
300.	Prednisona 20mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
301.	Prednisona 5mg – comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	35.000
302.	Prometazina 25mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	130.000
303.	Progesterona 200mg – via oral e via vaginal. Medicamento, com registro na ANVISA.	Capsulas – via oral e vaginal	Capsulas	10.000
304.	Propatilitrato 10mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
305.	Propiltiouracila 100mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	10.000
306.	Propranolol 40mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	200.000
307.	Protetor solar fps 30 – hipoalergênico; suave textura; com proteção uva e uvb; com repelente de inseto; resistente à água – frasco com 200 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco	Frasco	800
308.	Retinol 5.000ui + calciferol 900ui + oxido de zinco 150mg/g; pomada. Medicamento, com registro na ANVISA.	tubo	Tubo	6.000
309.	Risperidona 1mg/ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco 30 ml	frasco	2.000
310.	Sais para reidratação oral; cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + Citrato de sódio 2,9g + glicose 20g. Medicamento, com registro na ANVISA.	Sachê	Cprs	3.000
311.	Salbutamol aerossol, 120mcg/dose, inalatório de uso oral, adulto e pediátrico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco	Frasco	1.250



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

312.	Salbutamol aerossol, 120mcg/dose, inalatório de uso oral, adulto e pediátrico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco	Frasco	3.750
313.	Salbutamol 0,4MG/ml xarope, uso adulto e pediátrico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco	Frasco	500
314.	Semaglutida 1,34MG/ml – Solução injetável com 2 carpule de 3 ml + 1 sistema de aplicação plas (doses 1 mg) + 4 agulhas (Ozempic) medicamento, com registro na ANVISA.	Solução injetável com 2 carpule de 3 ml + 1 sistema de aplicação	Solução injetável	36
315.	Sertralina 50mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	150.000
316.	Sertralina 50mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	450.000
317.	Simeticona 75mg/ml, emulsão, uso oral, gotas. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 10 ml	Frasco	4.500
318.	Sinvastatina 20mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	400.000
319.	Solução de glicose a 5% injetável – bolsa/frasco c/ 250 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/250 ml	Frasco	400
320.	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9% injetável – bolsa/frasco c/ 100 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	12.000
321.	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9% injetável – bolsa/frasco c/ 250 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/250 ml	Frasco	8.000
322.	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9% injetável – bolsa/frasco c/ 500 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 500 ml	Frasco	5.000
323.	Succinato Metoprolol 25mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	37.500
324.	Succinato Metoprolol 25mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	112.500
325.	Succinato Metoprolol 50mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	100.000
326.	Succinato Metoprolol 100mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	20.000
327.	Succinato Metoprolol 100mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	60.000
328.	Sulfadiazina de prata 1% pomada – tubo com 30gramas medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/ 30g	Unidade	1.000
329.	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	45.000
330.	Sulfametoxazol + trimetoprima 200 + 40/ 5 ml suspensão – frasco de 100 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	500
331.	Sulfato ferroso 25mg Fe++/ml, solução oral, gotas. Medicamento, com liberação e registro ANVISA.	Frasco c/ 30 ml	Frasco	2.500
332.	Sulfato ferroso 40mg. Medicamento, com liberação e	Cprs	Cprs	180.000



MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA
PAÇO MUNICIPAL – DAVID JOSÉ HADDAD
Avenida Lydia David Haddad, 15
Campo Largo - CEP: 18.160-000 - Salto de Pirapora – SP
CNPJ nº 46.634.093/0001-07
(15) 3491-9595

	registro ANVISA.			
333.	Sulfato de terbutalina 0,5 mg – amp. C/ 1 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 1 ml	Ampola	300
334.	Tartarato de Evogliptina 5mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	11.250
335.	Tartarato de Evogliptina 5mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	33.750
336.	Tartarato de Metoprolol 100mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
337.	Tetraciclina 5mg/g – pomada oftálmica medicamento, com registro na ANVISA.	Tubo c/ 3,5g	Tubo	600
338.	Tetraciclina 500mg – Capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Caps	Caps	20.000
339.	Tiamazol 5mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	10.000
340.	Tiamazol 10mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	10.000
341.	Tiamina 300mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
342.	Tramadol 50mg - capsula medicamento, com registro na ANVISA.	Caps	Caps	100.000
343.	Tramadol 100mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	7.500
344.	Tramadol 100mg - comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	22.500
345.	Tramadol 100mg/ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/10 ml	Frasco	200
346.	Valproato de sódio 250mg/5 ml, solução oral. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 100 ml	Frasco	700
347.	Varfarina sódica 5mg comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	8.500
348.	Verapamil 80mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	10.000
349.	Vitamina d 1.000ui - medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
350.	Vitamina d 5.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
351.	Vitamina d 7.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	50.000
352.	Vitamina d 14.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	6.250
353.	Vitamina d 14.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	18.750
354.	Vitamina d 50.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	6.250
355.	Vitamina d 50.000ui. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	18.750
356.	Vitamina d 200ui gotas / frasco c/20 ml. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro	Frasco c/ 20 ml	Frasco	1.250



	na ANVISA.			
357.	Vitamina d 200ui gotas / frasco c/20 ml. Medicamento, com liberação e registro ANVISA. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/ 20 ml	Frasco	3.750
358.	Vitamina c 100 mg/ml (ácido ascórbico) – amp. c/ 5 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 5 ml	Ampola	3.500
359.	Vitamina k 10 MG i.m. (fitomenadiona) – amp c/ 1 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola c/ 1 ml	Unidade	250
360.	Zolpidem 10mg- comprimido medicamento, com registro na ANVISA.	Cprs	Cprs	70.000
361.	Acebrofilina 25mg/5 ml – xarope pediátrico. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 ml	Frasco	1.000
362.	Acebrofilina 50mg/5 ml – xarope adulto. Medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/120 ml	Frasco	1.000
363.	Acetato de betametasona 3mg/suspensão + fosfato dissódico de betametasona 3mg/solução – amp. C/1 ml medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco/ampola c/1 ml	Frasco/am pola	600
364.	Acetato de medroxiprogesterona 150mg – ampola ou seringa preenchida com 1 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola ou seringa preenchida c/ 1 ml	Ampola /Seringa preenchida	875
365.	Acetato de medroxiprogesterona 150mg – ampola ou seringa preenchida com 1 ml. Medicamento, com registro na ANVISA.	Ampola ou seringa preenchida c/ 1 ml	Ampola /Seringa preenchida	2.625
366.	Acetato de retinol 50.000UI/ml + Colecalciferol 10.000UI/ml – Solução oral, medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	2.500
367.	Acetato de retinol 50.000UI/ml + Colecalciferol 10.000UI/ml – Solução oral, medicamento, com registro na ANVISA.	Frasco c/20 ml	Frasco	7.500
368.	Acetilcisteína 600mg/sache c/5g. Medicamento expectorante utilizado para ajudar a eliminar as secreções produzidas nos pulmões, facilitando a respiração e com registro na ANVISA.	Sache c/5g	Sache	25.000

Obs: Os itens 11, 24, 26, 28, 32, 34, 52, 61, 72, 90, 99, 122, 142, 144, 150, 167, 181, 183, 200, 212, 215, 217, 219, 227, 229, 231, 266, 312, 316, 324, 327, 335, 344, 353, 355, 357, 365, 367; São os itens de Ampla Concorrência.

Todos os demais itens são exclusivos ou reservados para licitantes ME/EPP.

3.1. Subcontratação

“Não será permitida”

3.2. Garantia Contratual:

“Não se aplica a este caso”

3.3. Garantia ou assistência técnica

“Não se aplica a este caso”

4. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12 meses



5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Assim que o fornecedor receber o empenho do setor de compras do município, terá tempo hábil de no máximo 30 dias para obter e entregar o mesmo. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Medicamentos/Insumos de Salto de Pirapora, localizado na Rua Moreira Bastos, nº 10 - fundos/ Centro/ CEP 18.160-000 Salto de Pirapora-SP CNPJ nº 46.634.093/0001-07, de Segunda a Sexta feira das 07h30minhs as 16h30minhs.

O transporte deve seguir a mesma linha, das Boas Práticas de Transporte com finalidade de proteger a qualidade do medicamento/insumos no meio transporte e armazenagem em trânsito, e ainda dispor de instrumentos para resguardar o sistema de transporte contra roubo, avaria e/ou adulteração;

Registro da ANVISA;

É exigido prazo mínimo de validade 12 meses;

6. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO

Gestor contrato: Rita de Cássia Queiroz Carvalho

CPF: 369.255.768.03

Fiscal Contrato: Aurélio Nardes dos Santos

CPF: 171.171.748-70

Os itens serão recebidos no prazo máximos de 30 dias e fiscalizados por Aurélio Nardes dos Santos e seus colaboradores, que ficará responsável por:

- Verificar se a entrega está no prazo estabelecido de 30 dias;
- Verificar se a nota fiscal está compatível com o valor do empenho;
- Verificar se a quantidade solicitada esta compatível com oque esta sendo entregue;
- Verificar se a validade do objeto/insumos está com vencimento mínimo de 12 meses;
- Verificar se os itens estão de acordo com as exigências, e em caso de avarias e desacordo conforme o exigido, os objetos/insumos serão recusados e o fornecedor terá que fazer a substituição do mesmo, dentre o prazo máximo de 07 dias.

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Quando o item for entregue, conforme as normas exigidas, este deverá vir acompanhado da nota fiscal compatível com o empenho, a qual será pago à vista em 30 dias, ateste no setor.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- A escolha do fornecedor será feita através de menor preço por item.

8.1. Amostra ou prova de conceito

Não se aplica neste caso.

8.2. Qualificação Técnica

- Os medicamentos tem que ter finalidade medicamentosa e não de suplemento alimentar;
- Liberação e Registro na ANVISA;
- Boas Pratica do Fabricante;
- Licença de funcionamento e Autorização de Funcionamento (AFE) do **Fornecedor.**



9. ESTIMATIVA DO PREÇO

- Com base nos orçamentos coletados

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será informada posteriormente

10.1. Fonte do recurso

Será informada posteriormente.

Salto de Pirapora, 29 de novembro de 2024.

Bianca Regiane Rosa Guimarães
Coordenação – Assistência Farmacêutica.